



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO
TRABALHO DE SANTA RITA**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Baia da Traicao, Caldas Brandão, Capim, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Gurinhém, Itabaiana, Itaporoca, Jacaraú, Juripiranga, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilar, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de Sao Felix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Sobrado
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21/11/2003
Data de instalação	10/12/2006
Data da última correição	22 de março de 2022
Período de correição	1º/3/2022 a 28/2/2023

Aos 24 de março de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 003/2023 publicado no DEJT - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pelo Juiz substituto fixo, José Artur da Silva Torres, pelo Juiz Substituto volante, Luiz Antonio Magalhães, pela Diretora de Secretaria, Alda Willa Queiroz de Oliveira Fernandes, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/3/2022 a 28/2/2023 (12 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Nayara Queiroz Mota de Sousa	Ato TRT SGP nº 99/2021 - 1º/6/2021

Foi concedida à Juíza titular, a licença para presidir a Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região - AMATRA, no biênio (2023-2024) - Resolução Administrativa TRT nº 116/2022 -, a contar de 9/12/2022 até o final do presente mandato (10/12/2024).

1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
José Artur da Silva Torres	Ato TRT SCR nº 13/2021 2/5/2021-

1.3 Magistrado substituto volante (com designação temporária)

Juiz Substituto Volante	Designação temporária
-------------------------	-----------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Luiz Antonio Magalhães	Ato TRT SCR nº 07/2023 01/02/2023 - até enquanto perdurar o afastamento da Juíza Titular
------------------------	--

1.4 Servidores lotados na Unidade

A 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita conta, atualmente, com **8** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alda Willa Queiroz de Oliveira Fernandes	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2021
Antonio Jose da Paz Gomes da Silva	Analista Judiciário – Secretário de Audiencia	1º/6/2022
Edvanil Albuquerque Duarte Junior	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	20/5/2021
Farnaces da Silva Pereira	Técnico Judiciário – Calculista	1º/9/2021
Flavia Rocha Pedrosa Quindere de Almeida Queiroz	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	8/11/2021
Sandra Maria Silva Franca Feitosa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	1º/2/2022
Thiago Serrano Lewis	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/3/2023
Yllen de Almeida Alves da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	4/10/2021

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, à exceção dos processos pendentes de encerramento da instrução processual, cujos autos ficam na responsabilidade dos servidores que atuam no setor de audiências, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita contabilizava, em 28/2/2023, um acervo processual de 1.570 processos:



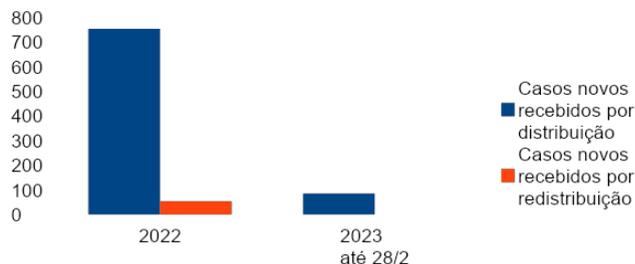
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	494
Fase de Liquidação	3
Fase de execução	1.064
Cartas precatórias e de ordem	9
TOTAL	1.570

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	753	85
Casos novos recebidos por redistribuição	53	-
TOTAL	806	85



No período correicionado há registros de 2 processos recebidos com sentença anulada e 1 processo com sentença reformada, ambos pela instância superior, abaixo relacionados:

Sentenças anuladas	Sentença reformada
0000786-09.2022.5.130027	0000225-19.2022.5.13.0027
0000282-71.2022.5.13.0027	

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (março/22 a fevereiro/23):

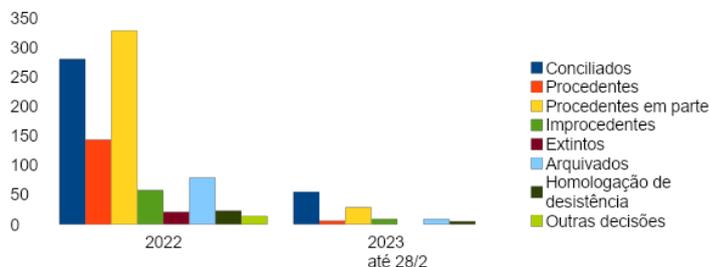


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 28/2
Conciliados	280	55
Procedentes	143	6
Procedentes em parte	328	29
Improcedentes	58	9
Extintos	21	-
Arquivados	79	9
Homologação de desistência	23	5
Outras decisões	14	-
TOTAL	946	113



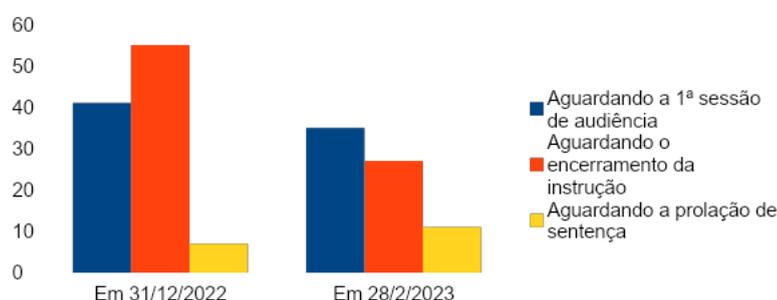
2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Itm	Em 31/12/2022	Em 28/2/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	41	35
Aguardando o encerramento da instrução	55	27
Aguardando a prolação de sentença	7	11
TOTAL	103	73



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 28/02	Variação (%) 2022/2023
Fase de conhecimento	564	494	-12,41%
Fase de liquidação	5	3	-40%
Fase de execução	1.055	1.064	0,85%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	111	16	96	4	39
Conciliação em conhecimento	32	16	21	50	21
Conciliação em Execução	272	39	17	60	26
Una	127	107	96	99	20
Instrução	33	112	28	48	20

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, atualmente a Unidade correicionada realiza audiências de segunda à quinta-feira e, excepcionalmente, às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa e unidade correicionada (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	1ª VTSR	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
3/22	145	181	145	172	117	121	185	123	175	169	108	56	115	379	139,3
4/22	97	143	117	151	116	119	137	111	137	134	205	86	125	217	129
5/22	234	180	151	247	163	159	194	181	255	197	182	162	175	290	190,8
6/22	167	102	94	191	116	196	118	175	154	156	187	109	128	166	145,6
7/22	112	132	66	142	122	137	122	121	148	162	124	145	126	200	127,6
8/22	127	144	124	158	134	109	132	215	156	157	152	230	109	191	149,7
9/22	211	123	130	161	143	195	170	183	176	175	158	161	164	167	165,3
10/22	128	112	90	125	116	91	136	126	169	130	104	86	111	64	117,2
11/22	116	118	123	139	145	175	237	161	140	143	106	185	158	169	149,7
12/22	74	84	54	60	67	93	132	64	82	70	71	69	68	71	76
1/23	59	26	39	50	45	25	48	39	40	55	28	30	48	67	40,9
2/23	97	118	114	92	86	84	174	84	120	94	121	92	110	88	106,6
TOTAL	1567	1463	1247	1688	1370	1504	1785	1583	1752	1642	1546	1411	1437	2069	1537,7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	36	29
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	50	84
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	83	103
Da conclusão à prolação da sentença	17	12
Do ajuizamento até a prolação da sentença	88	107

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	188	56
	Baixados	196	33
	Pendentes	4	27
Tutela Provisórias	Recebidos	140	13
	Apreciadas	148	5
	Pendentes	1	3
Liquidação/ Execução	Recebidos	108	5
	Baixados	98	7
	Pendentes	8	6

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/3/2022 a 28/2/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	500	480	28
Recurso adesivo	9	10	-
Agravo de petição	80	78	5
Total	589	568	33

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **83** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **134** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **94** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/02**, é de **95** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **161** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **115** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **88** dias, para o ano base de **2022**, e de **107** dias, relativo a este ano de **2023**, até 28 de fevereiro. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **778** dias, e de **887** dias, referente ao exercício atual até o dia 28 de fevereiro.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2022	2023 até 28/2
Execuções pendentes	679	836
Execuções iniciadas	725	79
Desarquivados	71	13
Recebidos de outros Órgãos	2	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	720	71
Remetidos a outros Órgãos	1	-
Processos arquivados provisoriamente	158	8
Total de processos pendentes de execução	836	849

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (março/22 a fevereiro/23):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 8.590.493,06	R\$ 1.709.590,59
Espontâneo	PJe	R\$ 1.507.513,46	R\$ 657.325,15
Execução	PJe	R\$ 704.785,14	R\$ 152.301,70
TOTAL		R\$ 10.802.791,66	R\$ 2.519.217,44

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 253.997,69	R\$ 15.982,19
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 409.458,66	R\$ 166.550,05
Imposto de renda	PJe	R\$ 10.180,03	R\$ 80.072,79
TOTAL		R\$ 673.636,38	R\$ 262.605,03

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/3/2022 a 28/2/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	255



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

INFOJUD	PJe	119
RENAJUD	PJe	134
BNDT	Pendentes (PJe)	68
	Incluídos (PJe)	653

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	123,05%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	68,50%
Unidade Correicionada	129,89%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **85** casos novos (por distribuição) e **113** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 129,89%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	106,74% da Meta 2
	99,26% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,07% da Meta 2
	98,64% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	106,05% da Meta 2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	98,62% dos processos distribuídos até 31/12/2021
--	--

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	146,69% da Meta 3
	58,68% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	83,78% da Meta 3
	33,52% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	141,42% da Meta 3
	56,57% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	191,25%

Meta 5/2023 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	44,51%
Unidade Correicionada	45,41%

Indicadores

Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2023-01	28	33	141	373	83,43	91,87	89,39
2023-02	57	40	125	346	59,52	82,58	74,88

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e lgest



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento e execução, entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 28/02
Fase de conhecimento	619	1.038	85
Fase de execução	453	805	74

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita encontra-se na **51ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (512 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtividade peso 0,2	Taxa de congestionamento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
-----------------	--------------	---------------------------	-------------------------------	----------------------------------	---	--------------------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	3º	11º	72º	1º	65º
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2º	10º	48º	146º	13º	3º
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3º	1º	1º	117º	18º	76º
13ª Região - PB - 1ª Vara de Santa Rita	10º	89º	64º	194º	24º	6º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	73	82	441
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2º	156	15	361
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3º	29	33	334
13ª Região - PB - 1ª Vara de Santa Rita	10º	88	134	778

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	853	447	10
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2º	1.346	399	9
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3º	916	72	8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13ª Região - PB - 1ª Vara de Santa Rita	10º	1038	805	8
--	------------	-------------	------------	----------

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2022, estando a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 17/3/2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 22	356º	167º	223º	1393º	290º	286º
junho 22	215º	161º	173º	1312º	160º	166º
setembro 22	187º	259º	160º	1339º	117º	94º
dezembro 22	51º	221º	147º	698º	56º	74º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa e a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

Vara	Colocação no IGEST
11ª JPA	35º
1ª VT SANTA RITA	51º
13ª JPA	75º
2ª VT SANTA RITA	77º
10ª JPA	207º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª JPA	300°
9ª JPA	352°
8ª JPA	378°
12ª JPA	427°
1ª JPA	436°
4ª JPA	445°
7ª JPA	467°
5ª JPA	512°
2ª JPA	624°
6ª JPA	640°
11ª JPA	35°

JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular

Motivação	Fonte	Período	Dias
Licença - tratamento de saúde	SAOAdm	30/5/2022 a 1º/6/2022	3
Férias	SAOAdm	19/9/2022 a 3/10/2022	15
Férias	SAOAdm	10/10/2022 a 14/10/2022	5
Licença - Presidência de Associação de Classe	SAOAdm	9/12/2022 a 10/12/2024	733

Juiz Substituto fixo

Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	1º/3/2022 a 15/3/2022	15
Férias	SAOAdm	31/3/2022 a 19/4/2022	20
Férias	SAOAdm	2/2/2023 a 21/2/2023	20



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Juíza titular e do Juiz substituto fixo, bem como dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/3/2022 a 28/2/2023) (Fonte: Hórus)

	Una	Encerramento Instrução	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Nayara Queiroz Mota de Sousa	157	129	161	179	81	289	996
Jose Artur da Silva Torres	210	117	68	86	88	315	884
Alisson Almeida de Lucena	30	21	9	-	3	5	68
Luiz Antonio Magalhães	59	31	5	-	11	10	116
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	-	4	4
Larissa Leônia Bezerra Andrade Albuquerque	-	-	-	-	-	1	1

13.4 Incidentes julgados (1º/3/2022 a 28/2/2023) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Luiz Antonio Magalhaes	16	4	4	24
Jose Artur da Silva Torres	137	25	40	202
Nayara Queiroz Mota de Sousa	47	83	52	182
Alisson Almeida de Lucena.	8	5	1	14
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	2	2

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Alisson Almeida de Lucena.	10	3	9	5	1	5	1	3	37
Jose Artur da Silva Torres	153	57	124	27	-	43	8	19	431
Luiz Antonio Magalhaes	36	3	25	5	-	7	-	4	80
Nayara Queiroz Mota de Sousa (março a dez/23)	120	53	137	25	-	21	9	7	372
Paulo Nunes de Oliveira	-	-	1	-	-	-	-	-	1

No período de março a dezembro de 2022, a Juíza titular laborou 230 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,62 processo/dia e julgou 262 processos quando esteve convocada para substituir os Desembargadores no Tribunal. O Juiz substituto fixo laborou 280 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,54 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	614
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	191
Homologação da Transação Extrajudicial	60
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	18
Consignação em Pagamento	17
Embargos de Terceiro Cível	15
Ação Civil Coletiva	3
Ação Civil Pública Cível	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Petição	1
Produção Antecipada da Prova	1
Mandado de Segurança Cível	1
Inquérito para Apuração de Falta Grave	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Paulo Nunes de Oliveira	-	0%
Luiz Antonio Magalhaes	28	100%
Jose Artur da Silva Torres	173	95,58%
Alisson Almeida de Lucena	9	75%
Nayara Queiroz Mota de Sousa - março a dez/2022	183	96,31%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Paulo Nunes de Oliveira	1
Luiz Antonio Magalhaes	80
Jose Artur da Silva Torres	431
Alisson Almeida de Lucena.	37
Nayara Queiroz Mota de Sousa - março a dez/2022	372

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 17 dias

Magistrados	Dias
Nayara Queiroz Mota de Sousa - março a dez/2022	20
Luiz Antonio Magalhaes	11
Jose Artur da Silva Torres	16
Alisson Almeida de Lucena.	2

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correção do ano de 2022 e a presente correção, foi realizado o único ciclo do Observatório de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2022, no mês de outubro, tendo a juíza titular Nayara Queiroz Mota de Sousa enviado resposta em 03/12/2022. Destacou a magistrada que a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita acompanha mensalmente as metas estabelecidas pelo CNJ, através do *Hórus* e do SAOPJe, estabelecendo ações pontuais para atingi-las. Disse ainda que sempre envidou esforços para que suas sentenças fossem proferidas de forma líquida (96,31%), o que não ocorre apenas em casos excepcionais. Na mesma linha, o magistrado José Artur da Silva Torres (95,58%).

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre março de 2022 e fevereiro de 2023 - 12 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 20.178,16
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 5.420,22
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 94.114,34
Pagamento contribuições previdenciárias	R\$ 6.345,72
Pagamento em favor do perito	R\$ 1.423,33
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 2.942,87
Total	R\$ 130.424,64



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD N° 1882/2023), a juíza titular participou, no exercício anterior, do curso Estudos Avançados - Teoria Geral da Execução, não tendo sua presença em cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, como também não consta presença em atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT n° 09/2011). O Juiz substituto da Unidade correicionada, José Artur da Silva Torres, não participou de cursos voltados à conciliação e mediação e à efetividade da execução, como também não frequentou atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT n° 09/2011).

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Ejud (PROAD N° 1882/2023) e Segepe (PROAD 2478/2023) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
Alda Willa Queiroz de Oliveira Fernandes	TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA</p> <p>TRT - LEITURA DINAMICA E MEMORIZAÇÃO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>LIVE No 01/2022 - 8a JORNADA INSTITUCIONAL DA EJ-TRT6 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 6a REGIÃO</p> <p>IV CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES EM CONFLITOS JUDICIAIS - MÓDULO PRÁTICO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>SEMINÁRIO SOBRE EXECUÇÃO E EFETIVIDADE: PENHORAS E IDP - MODALIDADE HÍBRIDA (PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO</p>
Edvanil Albuquerque Duarte Junior	<p>TRT - LEITURA DINAMICA E MEMORIZAÇÃO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - REDAÇÃO JURÍDICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP</p> <p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP</p> <p>LIVE No 029/2022 - ASPECTOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO</p> <p>ORCAMENTO PUBLICO / CURSOSVIRTUAIS.NET</p>
Farnaces da Silva Pereira	<p>TRT - ATUALIZAÇÃO E RATEIO NO PJE-CALC - TURMA 1/2022(AUTOINSTRUCIONAL AL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 2/2022 (AUTOINSTRUCIONAL AL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
Flávia Rocha Pedrosa Quindere de Almeida Queiroz	<p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - SEMINÁRIO SOBRE PRECATÓRIOS NA JUSTIÇA DO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRABALHO: ATUALIDADES E PERSPECTIVAS / CGJT, EM PARCERIA COM A ENAMAT E O CEFAST</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUCAO:PRÁTICAS DE EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO /HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA.</p> <p>TRT - ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA OUT/2020) / ENAP</p> <p>CONHECENDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO - TURMA 2 / ILB</p> <p>TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>
Sandra Maria Silva Franca Feitosa	TRT - JURIMETRIA - ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Thiago Serrano Lewis	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO	
Antonio Jose da Paz Gomes da Silva	Yllen de Almeida Alves da Silva

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 11 despachos correicionais no PJe.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foram registradas na Ouvidoria nos últimos seis meses, 03 ocorrências, devidamente respondidas.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos magistrados

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

2. Recomendações específicas

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;

c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;

d) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;

e) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;

f) observar a Recomendação TRT13 SCR Nº 006/2021, tendo em vista que o piso para a execução de ofício das contribuições previdenciárias pela Justiça do Trabalho no Estado da Paraíba é R\$ 120,00 (cento e vinte reais), de acordo com a Portaria MPS nº 1.293/2005, sendo desnecessário, por exemplo, o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

sobrestamento pelo prazo de cinco anos dos autos do processo 0130800-68.2014.5.13.0025.

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, especialmente os processos localizados nas tarefas “Aguardando audiência” e “Aguardando apreciação da instância superior”;
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000519-42.2019.5.13.0027, 0000287-59.2021.5.13.0027, 0000454-81.2018.5.13.0027 e 0000478-70.2022.5.13.0027;
- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros, no sistema Garimpo, das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- g) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Aos servidores

- a) proceder, com regularidade, à conclusão aos magistrados dos processos com petição não apreciada, evitando-se que permaneçam paralisados, mesmo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

com a marcação existente no escaninho, que deverá ser consultado com frequência, bem como efetuar a retirada do aviso, após a conclusão;

b) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000239-66.2022.5.13.0027 (pagamento de parcela de acordo registrada em duplicidade); 0000085-19.2020.5.13.0027 (ausência do registro de pagamento das custas) e 0000102-50.2023.5.13.0027 (ausência de registro de pagamento dos créditos do reclamante e do advogado);

c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000519-42.2019.5.13.0027, 0000287-59.2021.5.13.0027, 0000454-81.2018.5.13.0027 e 0000478-70.2022.5.13.0027.

d) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

e) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos;

f) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;

g) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (123,05%), 2 (106,74%), e 3 (146,69%) do CNJ no exercício de 2022, ressaltando que as referidas metas, neste exercício - janeiro e fevereiro de 2023 -, vêm alcançando ótimos índices, pelo que parabeniza os servidores e magistrados(as) pelo trabalho desempenhado.

Destaca-se a excelente performance na Meta 5/2022 (191,25%), atinente às taxas de congestionamento das fases de conhecimento e execução, indicativo da boa gestão de processos e otimização de rotinas.

De igual modo, observa a Corregedora o excelente índice de conciliação (56,57%), superior à meta do Regional (40%) para este ano de 2023, o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de **141,42%**, também alcançada no exercício de 2022 (146,69%), pelo que recomenda à equipe a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Tratando-se do Igest, a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rita Pessoa têm-se mantido no primeiro quartil no último ano, entre a posição 558ª (dezembro de 2021) e 51ª (dezembro de 2022), demonstrando-se os esforços para aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, sendo, atualmente, a segunda unidade judiciária mais bem colocada de todo o Regional.

Em relação à análise dos mesoindicadores, a Unidade correicionada demonstra ótimo desempenho obtido, especialmente, no item taxa de congestionamento, que passou da posição 290ª (março/22) para a 56ª (dez/22), e do item celeridade, que passou da posição 223ª (março/22) para a 147ª (dez/22), ressaltando-se, ainda, o item produtividade que, embora ainda



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

não tenha chegado ao primeiro quartil, passou da posição 1.393 em março de 2022 para a 698ª em dezembro de 2022.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000334-81.2016.5.13.0003	0000792-16.2022.5.13.0027	0130778-04.2014.5.13.0027
0000059-16.2023.5.13.0027	0000051-39.2023.5.13.0027	0000106-87.2023.5.13.0027
0000798-23.2022.5.13.0027	0000239-66.2022.5.13.0027	0130800-68.2014.5.13.0025
0000632-88.2022.5.13.0027	0000519-42.2019.5.13.0027	0000600-20.2021.5.13.0027
0000102-50.2023.5.13.0027	0000806-97.2022.5.13.0027	0130063-25.2015.5.13.0027
0000107-82.2017.5.13.0027	0000199-89.2019.5.13.0027	0000420-04.2021.5.13.0027
0130243-75.2014.5.13.0027		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000744-96.2018.5.13.0027	0000287-59.2021.5.13.0027	0000463-38.2021.5.13.0027
0000454-81.2018.5.13.0027	0000085-19.2020.5.13.0027	0000893-53.2022.5.13.0027
0000327-17.2016.5.13.0027	0044500-36.2010.5.13.0028	0000478-70.2022.5.13.0027
0000352-20.2022.5.13.0027	0059400-58.2009.5.13.0028	